



ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUD/Recife

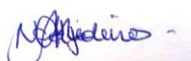
Aos vinte e seis dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas e dez minutos, na sala de reunião online, via Google Meet, devido à pandemia da Covid-19, o presidente do COMUD/Recife, conselheiro Paulo Fernando, fez a conferência do quorum para o início da centésima trigésima nona sessão plenária do COMUD/Recife, e, havendo número suficiente de conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade, a reunião foi iniciada, na forma prevista pelo artigo 14 do Regimento Interno, parágrafo único, de acordo com a lista de frequência, anexa, preenchida pela secretária do COMUD/Recife, Nadja Medeiros. A presente sessão teve a seguinte pauta: 1. Verificação de quorum mediante apresentação oral de conselheiros (as); 2. Justificativas de ausência; 3. Leitura da ata da sessão anterior; 4. Expedientes; 4.1 - Recebidos; 4.2 - Enviados; 5. Informes Gerais; 6. IV Fórum de Eleição do COMUD/Recife; 7. Políticas Públicas de Saúde para as Pessoas com Deficiência do Recife; 8. Encaminhamentos. O coordenador da sessão inicia cumprimentando os presentes, e sendo a primeira reunião do ano, externa seus votos de feliz ano novo a todos (as) conselheiros (as), passando para as justificativas de ausência, ocasião em que a secretária Executiva Nadja Medeiros informou que os (as) conselheiros (as) Cláudia Ramos, José Vitor, Sônia Pereira e Alexandre Ferreira, justificaram suas ausências. Dando continuidade, foi passado para a leitura da ata da centésima trigésima oitava reunião ordinária, o que foi feito pela técnica da Gerência da Pessoa com Deficiência, Rafaela Nunes. Concluída a leitura, a ata foi posta para apreciação do pleno, e como não houve observações, a mesma foi aprovada por unanimidade. O próximo ponto de pauta, foi relativo aos expedientes, não havendo expedientes recebidos, a Secretária Executiva do COMUD/Recife, Nadja Medeiros destacou os ofícios que foram enviados, sendo: Ofício ao Sr. Manuel Acácio, informando o funcionamento, em parte, da acessibilidade nas urnas eletrônica, das últimas eleições; ofício à secretária Ana Rita Suassuna, solicitando a indicação do representante governamental daquela Secretaria no COMUD/Recife para a gestão 2021/2023; ofício à secretária de Saúde do Recife, Luciana Albuquerque, solicitando que as pessoas com deficiência sejam incluídas no primeiro grupo de prioridades da vacinação contra a Covid-19; ofício ao secretário de saúde do estado, André Longo,

com o mesmo pedido e ofício ao Sr. Homerinho Jatobá, para indicar os representantes, titular e suplente, da Câmara de Vereadores junto ao COMUD/Recife na próxima gestão. A secretária executiva Nadja Medeiros informou que, quanto às demais secretarias, os ofícios de solicitação de seus respectivos representantes, sairá pelo gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Política sobre Drogas. Passando aos informes gerais, o conselheiro Isaac Machado informou que faz parte do Conselho Estadual de Saúde e que fez ver aos (as) conselheiros (as), a importância da inclusão das pessoas com deficiência no grupo de prioridades da vacinação e que foi aceita por aquele conselho, a luta pela inclusão das aludidas pessoas, como prioridade. Acrescentou que manteve contato com o deputado estadual, da frente parlamentar das pessoas com deficiência, Wanderson Florêncio, no sentido de exercer pressão junto às autoridades competentes, para fazer valer a Lei Brasileira de Inclusão, que prioriza as Pessoas com Deficiência. Também reforça a argumentação, que existem pessoas com deficiência, que estão presas em casa desde o início da pandemia e que isso não é justo. Já a conselheira Suzana Azevedo interveio indagando como fica a situação dos pais que cuidam dos filhos e como tal, ficam expostos também destacando a importância dos mesmos estarem inclusos nas prioridades. O conselheiro Isaac Machado responde que apenas as pessoas com deficiência estariam contempladas e enfatiza a necessidade de uma pressão mais efetivas dos órgãos representativos junto às autoridades, a fim de que as pessoas com deficiência sejam incluídas nos primeiros grupos de prioridades. O coordenador da sessão, Paulo Fernando indaga se alguém tem mais algum informe e, como ninguém mais se manifestou, ele se declara favorável à iniciativa do conselheiro Isaac Machado ao levar o caso ao Conselho Estadual de Saúde. Informa também que entrou em contato com Eduarda Carvalho e Arabela Veloso, respectivamente coordenadoras das políticas de saúde das pessoas com deficiência do município e do estado, também procurou a Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência manifestando a preocupação, mas foi informado de que o Ministério da Saúde não consultou o segmento da pessoa com deficiência, concordando com o conselheiro Isaac Machado, sobre o descumprimento da lei brasileira de inclusão, mais precisamente o disposto no art. 10, parágrafo único, que diz: "Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança". Por fim, lamenta que até a presente data, apenas 3% da população, tenha sido vacinada. Informa que o governo de Pernambuco lançou o plano de vacinação incluindo as pessoas com deficiência no quarto grupo, e o mais agravante, apenas deficiência severa, quando ainda não temos no Brasil, o conceito de deficiência severa

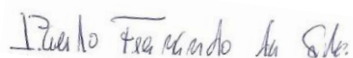
ou moderada. Acrescenta que o prefeito João Campos incluiu, na primeira fase, as pessoas com deficiência maiores de 18 anos, que residam em instituições, como associações e abrigos. A conselheira Maria do Carmo, pede a palavra, e enfatiza que, devemos pressionar as autoridades, a sociedade como um todo, as lideranças políticas, que na época eleitoral vêm em busca de votos, vez que não estamos pedindo favor, até porque existe uma legislação que está sendo descumprida. Lamenta que a frente parlamentar da pessoa com deficiência não está funcionando. O coordenador Paulo Fernando, sugere que seja convocada uma reunião envolvendo a frente parlamentar, as lideranças e o secretário estadual de saúde para ser discutido o assunto. Ato contínuo, O presidente do Conselho passou para o próximo ponto de pauta, referente ao IV Fórum de Eleição do COMUD/Recife. Lembra que o edital e o regulamento já foram publicados desde o início de dezembro passado e que as inscrições vão até o próximo domingo dia 31/01 e que o número de inscritos ainda é muito pequeno. Informa que foi contatado o Centro de Formação de Professores, Paulo Freire, para a realização do IV Fórum, em um de seus auditórios, e que este respondeu que, no momento, não estão realizando qualquer tipo de evento, inviabilizando o local. Assim, estão estudando a possibilidade de um local no centro do Recife, em uma quadra aberta e que uma das possibilidades, é a Escola Municipal Pedro Augusto na Rua Barão de São Borja. A conselheira Paulina Maria sugere que o IV Fórum seja realizado no Salão Paroquial da Torre ou no Instituto Antônio Pessoa de Queiroz. Esgotado o assunto do Fórum, o coordenador Paulo Fernando passou a palavra para a Conselheira Maria Eduarda, coordenadora da Política de Saúde para a Pessoa com Deficiência da Secretaria de Saúde do Recife, para falar sobre a Política de Saúde para a Pessoa com deficiência. Ela inicia sua fala se apresentando e afirma que a sua coordenação faz parte do departamento de Atenção Básica de Saúde. Informa que a Política é recente e foi criada em 2016, e tem por objetivo operacionalizar a aludida política no Recife. Com relação a vacinação para pessoas com deficiência, foi usado como parâmetro a classificação das deficiências, informa que conseguiu no IBGE, as definições de cada uma das classificações, ocasião em que o presidente Paulo Fernando solicitou que a mesma disponibilizasse no grupo do Whatsapp do COMUD/Recife para o conhecimento de todos, no que foi aceito por Maria Eduarda. A conselheira leu as definições e afirmou que, as citadas classificações, foram projetadas para o estado de Pernambuco e o município de Recife. Informa que há uma dificuldade muito grande para o planejamento das ações, isso motivado pela falta de dados sobre as deficiências, vez que os existentes nas unidades de saúde, são insuficientes. O conselheiro Luiz Albérico interveio, para discordar das definições do IBGE e diz que é preciso reagir para modificar, por tais definições serem imprecisas e discriminatórias.

O coordenador da sessão Paulo Fernando, em a parte, discorda da classificação, afirmando que o suficiente seria apenas a pessoa ter deficiência e pronto, para ser vacinada, com o que concorda com Luiz Albérico. Prosseguindo, Paulo Fernando sugere uma reunião com alguém da secretaria de saúde, no sentido de corrigir o erro do ministério da saúde quanto a essa classificação ou graduação da deficiência. A conselheira Maria do Carmo afirma a sua indignação pelo atraso da gestão pública, vez que o seguimento das pessoas com deficiência evolui e a gestão fica estagnada. A conselheira Maria Eduarda se coloca à disposição para articular um debate com a secretaria de saúde, no sentido de ver o que se pode fazer com relação ao conceito e classificação das deficiências e qual o conceito a ser adotado pelo município. Ressalta que a coordenação está tendo dificuldade quanto à identificação das instituições que tem usuários com deficiências a serem beneficiadas com a vacina, mas que foram identificadas 3, das quais duas já foram contempladas e foram vacinadas 71 pessoas com deficiência e 151 funcionários. Informa, que as instituições beneficiadas, foram: Associação Beneficente dos Cegos do Recife – ASSOBECECER e a Rodolfo Aureliano, que faz parte do quarto distrito. Em seguida, a conselheira Maria Eduarda prestou informações sobre como fazer o cadastramento para a vacinação, inclusive aquelas pessoas que não têm condições de locomoção e, nesses casos, equipes se deslocarão até à residência da pessoa. Em seguida, passou a discorrer sobre a política de Saúde para as Pessoas com Deficiência, salientando que tal Política foi criada pela portaria 157 de 2016. Fez um breve histórico da criação da Política e uma explanação didática sobre a "Atenção Básica". Informou que o ministério da Saúde não dispõe de dados que permitam saber, por exemplo, quantas pessoas com deficiência foram contaminadas pela Covid-19. Tratou da Vigilância e Saúde, definindo e mostrando exemplos, bem como a Educação Permanente. Explanou sobre a divisão do município em distritos e RPA, que eram seis e hoje são oito. Ressaltou o quantitativo de pessoas com deficiência no Recife e a dificuldade de se obter esse quantitativo por distrito. Falou também do planejamento de saúde para pessoas com deficiência para o próximo quadriênio. Mostrou o que a rede de cuidados oferece, inclusive as terapias Integrativas, o projeto Além do olhar, o Serviço Especializado de Odontologia, Academia da Cidade e outros. Orientou como chegar aos serviços especializados e lamentou a falta de tempo, para mostrar as ações, concluindo e colocando-se à disposição para esclarecimentos e sugestões. O coordenador da sessão, agradece a Maria Eduarda e solicita dela o envio de alguns documentos para conhecimento do COMUD/Recife. Abrindo as inscrições para os conselheiros (as) tirarem alguma dúvida ou esclarecimentos. A conselheira Georgina Marques pede a palavra: Fala sobre os grupos prioritários para vacinação e que as pessoas com doenças raras não são citadas,

sugerindo que sejam lembradas nas reuniões de discussões sobre a vacinação. A Conselheira Paulina Maria traz algumas informações sobre as dificuldades nos postos de saúde, enfatizando que é preciso haver fiscalizações. Dando prosseguimento a pauta, foi passado para os encaminhamentos, onde foram dados os seguintes: Enviar um e-mail à conselheira Maria Eduarda, solicitando o fluxo e o acesso das pessoas com deficiência aos serviços da Secretaria de Saúde. Por fim, o coordenador destaca que a reunião de fevereiro será a última com essa composição do Conselho, vez que o IV Fórum será no início de março e a reunião ordinária será juntamente com posse da nova composição do COMUD/Recife, onde será realizada a eleição da nova mesa diretora. Foi proposto que a próxima reunião ordinária seja no dia 23 de fevereiro, às 16 horas, onde a mesa diretora se reunirá antes, a fim de elaborar um relatório das atividades da gestão atual, para apresentar, ficando os pontos de pauta da próxima reunião da seguinte maneira: Verificação de quórum, justificativas de ausências, leitura da ata da sessão anterior, informes gerais, IV Fórum de eleição do COMUD/Recife, Avaliação da Gestão 2018/2020 e apresentação do relatório de gestão do COMUD/Recife e encaminhamentos. Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais encaminhamentos e nada mais tendo a se discutir, o presidente da Sessão, conselheiro Paulo Fernando, agradece a presença de todos (as) e dá por encerrados os trabalhos às dezoito horas e dez minutos. Para que tudo fique devidamente documentado, eu, Nadja Medeiros, na condição de secretária "ad hoc", tomei notas e redigi a presente ata, que, após lida na sessão seguinte e achada conforme, será por mim assinada, bem como pelo coordenador da presente sessão.



Nadja Medeiros
Secretária "ad hoc"



Paulo Fernando da Silva
Presidente da Sessão